

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.535.654 - MT (2019/0194425-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : FÁBIO DE OLIVEIRA PEREIRA - MT013884
AMANDA CARINA UEHARA PAULA DE LARA - MT021387B
AGRAVADO : J. WANDERLEY GARCIA DUARTE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO : KARINE FAGUNDES GARCIA DUARTE ALVES PINTO -
MT006294B
INTERES. : WALDECI BARGA ROSA
INTERES. : MARIA HELENA ROSA
ADVOGADO : ELEMAR ELIO PERINAZZO - MT008780B

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial em virtude da ausência de violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 e incidência das Súmulas n. 5, 7 e 83 do STJ (e-STJ fls. 7.666/7.673).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fls. 7.517/7.518):

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS – PRELIMINAR DE CARÊNCIA DA AÇÃO - REJEITADA - MÉRITO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – RESCISÃO UNILATERAL – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – VERBA DEVIDA – FIXAÇÃO DO – INAPLICÁVEL A REGRA DE PERCENTUAL QUANTUM SOBRE O VALOR DA CAUSA OU DA CONDENAÇÃO ESTABELECIDO NO § 2º DO ART. 85 DO CPC – ARBITRAMENTO DE ACORDO COM O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO ADVOGADO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1 - Há interesse de agir quando o demandante demonstra que a rescisão unilateral se deu sem justa causa. , a Recorrida tem interesse processual de In casu promover ação contra quem a contratou para receber pelos serviços até então prestados.

2 - De acordo com a jurisprudência do STJ e Tribunais, o advogado tem direito ao arbitramento judicial, mesmo quando há cláusula dispondo que a remuneração ocorrerá exclusivamente pela sucumbência.

3- Na ação de arbitramento de honorários advocatícios é inaplicável a regra de percentual sobre o valor da causa ou condenação, disposta no § 2º, do art.

85, do CPC/15, o arbitramento deve corresponder ao trabalho desempenhado pelo advogado, observada a proporcionalidade e razoabilidade. No caso, a verba foi arbitrada em R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

Os embargos de declaração opostos pela parte contrária foram acolhidos para sanar erro material e esclarecer que a verba honorária foi arbitrada em R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) e os honorários recursais em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e rejeitados os declaratórios do ora recorrente (e-STJ fls. 7.548/7.555 e 7.604/7.613).

No especial (e-STJ fls. 7.615/7.633), fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, o recorrente apontou ofensa aos arts. 85, §§ 2º e 8º, 489 e 1.022 do CPC/2015, 6º da LINDB, 113, 421, 422 e 473 do CC/2002 e 22, 23 e 38 da Lei n. 8.906/1994. Sustentou, em síntese, falta

de prestação jurisdicional e validade da cláusula contratual que estipula o pagamento exclusivamente pelos honorários de sucumbência, devidos após o implemento da condição.

Afirmou que a fixação da verba honorária em R\$ 700.00,00 (setecentos mil reais) se mostra abusiva, devendo ser reduzida, haja vista a falta de complexidade do trabalho realizado pela agravada.

Pugnou, ainda, pela exclusão da multa aplicada quando da oposição dos embargos declaratórios.

No agravo (e-STJ fls. 7.675/7.683), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Contraminuta às fls. 7.687/7.693 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

Em relação à afronta aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, o agravante entendeu que o aresto recorrido teria sido omissivo, pois deixou de tecer considerações a respeito dos argumentos referentes à necessidade de redução do valor arbitrado, porque não levado em consideração a baixa complexidade das peças elaboradas pela recorrida.

No entanto, o Tribunal de origem assim se manifestou sobre a controvérsia (e-STJ fls. 7.524/7.525):

(...)

Desse modo, o julgador deve se ater aos critérios qualitativos do causídico durante sua participação no feito, a fim de arbitrar os honorários de forma justa, razoável e proporcional.

In casu, a Recorrida laborou por aproximadamente 15 (quinze) anos nas causas, mediante a prática de várias intervenções: elaborou petições, realizou diligências necessárias ao regular prosseguimento dos processos e demonstrou ter cumprido todos os serviços para os quais fora contratado, até a rescisão unilateral pela instituição bancária.

Assim, diante do trabalho realizado, e do valor pormenorizado acima atualizado das causas na qual a sociedade laborou, quais sejam: Processo nº 37.15.1995.811.0036 - R\$ 132.072,50 (cento e trinta e dois mil, setenta e dois reais e cinquenta centavos), Processo nº 1163.80.2017.811.0036 – R\$ 114.881,76 (cento e quatorze mil, oitocentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos), Processo nº 292.65.1998.811.0036 – R\$ 1.407.828,83 (um milhão, quatrocentos e sete mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e três centavos), Processo nº 740-23.2007.811.0036 – R\$ 2.244.149,72 (dois milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, cento e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos), Processo nº 994-25.2009.811.0036 – R\$ 112.803,39 (cento e doze mil, oitocentos e três reais e trinta e nove centavos), Processo nº 291-12.2000.811.0036 – R\$ 344.014,38 (trezentos e quarenta e quatro mil, quatorze reais e trinta e oito centavos), Processo nº 293-79.2000.811.0036 – R\$ 165.958,16 (cento e sessenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos) e Processo nº 294-64.2000.811.0036 – R\$ 1.649.668,14 (um milhão, seiscentos e quarenta e nove mil, seiscentos e sessenta e oito reais e quatorze centavos), entendo que o valor arbitrado pelo juízo singular deve ser reformado, razão pela qual arbitro os honorários advocatícios em R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), em observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Portanto, não se constata hipótese alguma de cabimento dos embargos de declaração. Ao contrário, verifica-se a mera pretensão de reexame do mérito do recurso, o qual foi exaustivamente analisado na instância *a quo*, circunstância que, de plano, torna imprópria a invocação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 e o conhecimento do recurso especial nessa parte.

A respeito da alegada validade do contrato firmado entre as partes e da exorbitância da quantia arbitrada a título de honorários advocatícios pelo Tribunal de origem, uma vez que inexistente complexidade dos serviços prestados, verifica-se que busca o recorrente o reexame dos elementos de provas dos autos, bem como a interpretação de cláusulas contratuais, o que não se admite no âmbito do recurso especial, haja vista o impedimento das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Ademais, ainda a respeito do contrato de serviços advocatícios, a jurisprudência do STJ entende que, quando a revogação do mandato dá-se por iniciativa do constituinte (mandante) – providência que desequilibra a paridade contratual e subtrai do mandatário a possibilidade de atuar com diligência, empreendendo esforços para a obtenção do sucesso na causa jurídica, passando então a depender da qualidade da atuação de outro profissional –, tem o advogado a faculdade de optar pela propositura de ação de arbitramento, renunciando às condições contratuais originariamente ajustadas e, como consequência, não mais se sujeitando à condição suspensiva (cláusula *ad exitum*). A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. CLÁUSULA DE ÊXITO. REVOGAÇÃO DO MANDATO POR INICIATIVA DO CONSTITUINTE (MANDANTE). AÇÃO DE ARBITRAMENTO. POSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. Nas hipóteses em que a revogação do mandato dá-se por iniciativa do constituinte (mandante), é facultado ao advogado mandatário propor ação de arbitramento judicial dos honorários advocatícios contratuais, ainda que avençados sob a cláusula *ad exitum*.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.138.656/RS, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 16/8/2018, DJe 22/8/2018.)

A hipótese subsume-se, também, à orientação contida no enunciado da Súmula n. 83 do STJ.

Por fim, entendo que deve ser afastada a multa aplicada quando da oposição dos embargos de declaração em virtude do entendimento disposto na Súmula n. 98/STJ: "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório."

Em face do exposto, CONHEÇO do agravo e DOU PARCIAL

Superior Tribunal de Justiça

PROVIMENTO ao recurso especial, tão somente para afastar a multa aplicada quando da oposição dos embargos declaratórios.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator